



GT 19. As tramas da intolerância e dos racismos religiosos e as mobilizações políticas por direitos das religiões de matrizes afro-brasileiras

Coordenador(es):

Dilaine Soares Sampaio (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Ana Paula Mendes de Miranda (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1 - As tramas da intolerância

Debatedor/a: Rosiane Rodrigues de Almeida (INEAC)

Sessão 2 - As tramas do racismo

Debatedor/a: Lana Lage da Gama Lima (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 3 - As tramas da mobilização

Debatedor/a: Zuleica Dantas Pereira Campos (UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco)

O GT tem como objetivo discutir os múltiplos processos que envolvem a intolerância religiosa e os racismos religiosos, envolvendo as tradições de matrizes afro-brasileiras, que transbordam o “campo” religioso, havendo imbricações com questões políticas, jurídicas, sociais e culturais. Almeja ainda refletir sobre os processos de (in)visibilidade desses conflitos no espaço público em diferentes contextos e seus efeitos nos planos pessoal, interpessoal e institucional. A discussão acerca da intolerância religiosa perpassa ainda pelos debates em torno de políticas patrimoniais, das políticas públicas e da presença dos símbolos religiosos nos espaços públicos, que são objeto de várias controvérsias, além de não possuírem a mesma recepção da sociedade brasileira. Um exemplo são os símbolos religiosos vinculados às religiões de matrizes afro-brasileiras, frequentemente e sucessivamente violados em proporções muito mais elevadas que outros símbolos religiosos, notadamente os vinculados às religiões cristãs. O GT incentiva a apresentação de trabalhos que procurem, a partir de perspectivas etnográficas, discutir o acirramento das intolerâncias, especialmente após as mudanças políticas vividas no Estado brasileiro, e pensá-las levando em conta a diversidade regional. E estimula o debate de eixos interpretativos para a realização de pesquisas nesse campo empírico, bem como sobre a perspectiva ética e a conjuntura de desmantelamento de equipamentos públicos de garantias de direitos.

As Marchas Contra Intolerância Religiosa em Pelotas (RS): Discutindo o sagrado

Autoria: Isabel Soares Campos (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas), Francisco Luiz Pereira da Silva Neto

As Marchas contra Intolerância Religiosa são manifestações ocorridas em espaços públicos e organizadas especialmente por grupos e/ou líderes das religiões afro-brasileiras. Apesar dessas caminhadas terem o apoio ou a participação de outros grupos religiosos (católicos, budistas, espíritas, protestantes, etc), estas manifestações são oriundas dos processos de restrições em relação a liberdade de expressar e de praticar a religião de matriz africana conforme seus preceitos e dogmas religiosos, gerando demandas da comunidade afro-religiosa relacionadas a estes enfrentamentos. Assim, mesmo que na atualidade o cenário nacional nos apresente processos de conflitos entre grupos religiosos, como entre neopentecostais e afro-religiosos, há nessas caminhadas também uma busca por diálogos inter-religiosos. No Rio Grande do Sul desde 2009 ocorre, na cidade de Porto Alegre, a Marcha Estadual pela Vida e Liberdade Religiosa organizada pela



Associação dos Povos de Terreiros e pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil (CONIC), que manifesta nas ruas as demandas que são de interesse exclusivo da comunidade afro-religiosa. Na cidade de Pelotas, essa manifestação pública ocorre desde 2014, quando houve uma grande polêmica envolvendo a realização da Festa de Iemanjá que estava passando por ações restritivas por parte de órgãos públicos locais, provocando a primeira marcha nomeada: "A favor da liberdade religiosa e contra a discriminação racial em Pelotas. Festa de Iemanjá, temo o direito de realizar!?!". Deste modo, é possível observar que as Marchas contra Intolerância Religiosa, além de produzirem diálogos inter-religiosos e de visibilizarem as reivindicações dos afro-religiosos no espaço público, essas caminhadas apresentam novas estratégias desses atores nas suas relações com o político, inclusive conectando raça e religião como uma forma de fortalecer sua atuação política nas ruas. Considerando essa reconfiguração das relações entre religião e política que nos apontam para novas estratégias do religioso de se fazer presente na arena pública, abordaremos o debate acerca da proibição do sacrifício de animais nos rituais religiosos que ganhou alcance nacional ao ser discutido no Supremo Tribunal Federal nos anos de 2018 e 2019, levando a realização de marchas contra intolerância religiosa na cidade de Pelotas, bem como a manifestações destes atores religiosos na capital federal, em Brasília.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: